

Ata n.º 165/XIII/4.ª SL

Aos doze dias do mês de março de 2019, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD**, sobre a 40ª reunião da Comissão Bilateral Permanente entre EUA e Portugal.

3. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros para apreciação da política geral do Ministério**, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República.

4. Outros assuntos

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, o qual, após ter saudado todos os presentes, prestou aos Deputados presentes as seguintes informações gerais, contidas no **Ponto 1**:

Procedeu-se à distribuição da iniciativa Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.ª (GOV), ficando o GPPS responsável por indicar o Deputado para o presente efeito.

Transitados para o Ponto 2 da OD, o Senhor **Presidente** explicou o modelo de funcionamento da audição, tendo concedido o uso da palavra ao Senhor **Deputado António Ventura (PSD)** para apresentação do [requerimento](#) em título. O Senhor Deputado iniciou a sua alocução relevando a necessidade de ser efetuado um ponto de situação quanto ao processo de descontaminação de solos e aquíferos na Iha Terceira, onde está sediada a base das Lajes. Solicitou ao Governo maior transparência nesta matéria,

relembrando o disposto na [Resolução da Assembleia da República n.º 128/2019](#)¹, questionando se as recomendações ali elencadas estão a ser cumpridas. Deu nota da existência de notícias que levantam dúvidas sobre a qualidade dos processos técnicos de descontaminação utilizados, interrogando para onde estão a ser transportados os inertes com contaminantes e se alguns dos locais contaminados estão a ser simplesmente asfaltados. Concluiu, aludindo ao 20.º ponto² da Declaração Conjunta da 40.ª Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA, questionando que ações estão a ser ponderadas neste âmbito, por ambos os países.

Finda a apresentação do requerimento, foi concedida a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. O Senhor Ministro sistematizou o tema Base das Lajes em três pontos: processo negocial relativo aos trabalhadores, infraestruturas e descontaminação ambiental. No que toca ao processo negocial, lembrou que o dossiê ficou concluído logo em 2015. Sobre as infraestruturas, referiu que o processo de transferência está a decorrer dentro dos prazos estipulados, com 50% do edificado já transferido para controlo Português, parte do qual afeto ao Governo Regional dos Açores. Quanto à descontaminação ambiental, informou que do total de locais identificados, 10 estão em análise, estando o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) a proceder ao levantamento dos restantes e a desenvolver estudos sobre a matéria. Mais disse que um relatório sobre estes locais está previsto para abril do presente ano. Quanto a dúvidas técnicas sobre o processo de descontaminação, referiu não ter nenhuma indicação da parte de organismos de Estado que assinalem particular perigosidade na ilha Terceira, nem informação do LNEC que coloque em causa a segurança dos locais classificados como descontaminados. Lembrou tentativas passadas de desinformação, promovidas por atores estatais contrários à relação transatlântica. Concluiu, sublinhando que cumpre a lei no que toca à transparência e que a lei indica que documentos diplomáticos não são objeto de divulgação pública.

De seguida usou da palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para efetuar um balanço do trabalho desenvolvido sobre esta temática nos últimos quatro anos, destacando o compromisso obtido da parte do Governo Português e das autoridades dos Estados Unidos no que toca à descontaminação dos solos. Não obstante do trabalho desenvolvido,

¹ Recomenda ao Governo que tome medidas para promover a total descontaminação da ilha Terceira

² “Ambos os lados comprometeram-se a continuar a examinar cuidadosamente possibilidades para ações adicionais, imediatas e eficazes com vista à resolução de problemas remanescentes.”

identificou áreas onde é necessária ir mais longe, sinalizando a defesa da proteção social dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes como um dos temas que carece de maior atenção. Neste sentido, questionou o Governo quanto a eventuais medidas que visem garantir a aplicação do quadro jurídico relativo à medicina do trabalho no caso em estudo. Concluiu, apelando a maior transparência no processo de descontaminação dos solos, transparência essa que caracterizou como o melhor mecanismo para combater campanhas de desinformação e transmitir confiança aos habitantes da ilha Terceira.

Tomou a palavra o Senhor **Ministro** para, no que toca à proteção social dos trabalhadores, expressar a sua expectativa que o disposto no ponto 11³ da declaração conjunta seja cumprido por ambas as partes. Reconheceu a importância de o processo de descontaminação ser transparente para dissipar dúvidas e contrariar ativamente campanhas de desinformação. Face ao precede, reiterou que é intenção do Governo divulgar toda a informação possível, dentro dos limites da lei.

Finda a intervenção do Senhor Ministro, usou da palavra o Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)**, para constatar que o Governo optou por subscrever a declaração conjunta relativa à última reunião bilateral, algo que não ocorreu em situações passadas devido à ausência de acordo no que toca a questões ambientais. Neste contexto, questionou se foi fixada, nesta última reunião, uma calendarização definitiva para a descontaminação dos 10 locais em falta. Aludindo ao tema transparência, solicitou que toda a informação relativa a trabalhos de descontaminação, análises e estudos técnicos seja disponibilizada. Sobre a proteção social dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes e no que toca a licenças de paternidade e maternidade e gozo de férias, referiu que estes trabalhadores descontam para segurança social portuguesa, pagam impostos em Portugal, logo devem usufruir de todas as proteções sociais estipuladas pelo Estado Português. Dado que a interpretação das autoridades dos Estados Unidos da América é contrária a este entendimento, questionou se o tema foi objeto de discussão na última reunião bilateral

³ “A CBP reconheceu o papel dos trabalhadores portugueses em apoio à missão do 65th Air Base Group (ABG) e reafirmou o entendimento alcançado nesta matéria e outras questões laborais, incluindo o acordo alcançado na reunião extraordinária da CBP de junho de 2015. A CBP sublinhou a importância de assegurar a segurança no trabalho de todos os trabalhadores, militares e civis, e reconheceu que a prossecução de um ambiente de trabalho seguro e eficiente nas Lajes prosseguirá, nomeadamente através de iniciativas como a designação de um trabalhador português no 65th ABG com essa função específica.”

permanente e se existe ou não um compromisso para garantir os direitos destes trabalhadores.

Tomou a palavra o Senhor **Ministro** para informar que na última reunião bilateral, ocorrida em dezembro de 2018, ambas as partes acordaram com o disposto no 11.º ponto da declaração, razão pela qual foi com alguma surpresa que tomou conhecimento, através da Comissão de Trabalhadores da Base das Lajes, de uma eventual alteração de postura por parte das autoridades dos Estados Unidos sobre esta matéria. Neste âmbito, informou que o Ministério solicitou esclarecimentos às entidades competentes, frisando que todas as questões contrárias à lei vigente que venham a ser reportadas terão seguimento em sede própria. No que toca à calendarização da descontaminação em curso, referiu ser sua expectativa que os trabalhos em 2 dos 10 locais assinalados venham a ser concluídos até final de junho do presente ano.

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP)**, que iniciou a sua alocução destacando a importância da Base das Lajes na relação estratégica entre Portugal e os Estados Unidos da América. Aludiu ao relatório solicitado pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América ao Pentágono sobre eventuais usos adicionais que possam vir a ser identificados para aquele local, questionando o Governo quanto a desenvolvimentos nesta matéria. Prosseguiu, manifestando o apoio do CDS-PP às duas medidas já anunciadas, o Air Center e o Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA), salientando que o mandato da comissão instaladora do CeDA termina em dezembro. Face ao que precede, solicitou um ponto de situação e, dado que o CeDA está aberto a Estados terceiros, questionou se outros países demonstraram interesse em associar-se ao projeto.

Em resposta o Senhor **Ministro** referiu que na última reunião bilateral, o foco ultrapassou a questão da descontaminação dos terrenos, tendo as conversações abordado quatro grandes áreas: investigação sobre o espaço e oceanos, Centro de Investigação Internacional do Atlântico (Air Center), segurança energética e segurança e defesa, onde se insere o CeDA. O Senhor Ministro referiu que este projeto está em fase de amadurecimento, remetendo esclarecimentos técnicos para o Ministério da Defesa. Mais disse que na próxima reunião bilateral será possível ter uma perceção mais clara da complexidade técnica envolvida.

Finda intervenção, foi encerrada a primeira parte a reunião, tendo o Senhor **Presidente** dado início à audição regimental, concedendo de imediato a palavra ao Senhor Ministro para a sua intervenção inicial. Tomaram lugar na sala os Senhores Secretários de Estado da Internacionalização e das Comunidades Portuguesas.

O Senhor **Ministro** iniciou a sua alocução abordando a situação na Venezuela. Relembrou as dificuldades presentes naquele país, dando nota da existência de 3 planos de resposta, o plano europeu, o plano do grupo de contacto internacional e o plano nacional. No que concerne ao plano europeu, esclareceu que este está alicerçado em duas diretrizes distintas; o entendimento comum de que a única solução para a atual crise passa pela realização de eleições presidenciais no mais curto prazo de tempo possível, sendo a Assembleia Nacional a única instituição capaz de espoletar esse processo, em conjunto com o seu Presidente, Juan Guaidó. Em paralelo, referiu que a União Europeia, perante esta matéria, tem procurado conjugar ações punitivas e proactivas, destacando o embargo de venda de armas e instrumentos repressivos ao regime de Nicolás Maduro, a aplicação de sanções a indivíduos associados à cúpula política e a criação do Grupo de Contacto Internacional (GCI). Sobre este grupo, esclareceu que a sua missão é apoiar o processo político tendente à realização de eleições e fomentar esforços de natureza humanitária. Informou que participam nesta iniciativa, para além da União Europeia, 12 países, dos quais 8 são europeus e os restantes 4 da América Latina, acrescentando que a próxima reunião deste grupo está tentativamente agendada para ao final do mês de março, no Equador. No que toca ao plano nacional, assinalou as dificuldades inerentes ao relacionamento diplomático com um Estado onde existem 2 presidentes, a autoridade legítima e a autoridade *de facto*, esclarecendo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros mantém contactos diretos com Caracas, de modo a garantir a gestão diária de matérias de natureza consular. Sobre esta tema referiu ainda o apoio aos cidadãos portugueses e lusovenezuelanos regressados a Portugal, classificando de exemplar o processo de acolhimento em curso no Continente e na Região Autónoma da Madeira, indicando que o Ministério também está atento a eventuais casos de privação material ou necessidades médicas que possam surgir em países limítrofes da Venezuela, que envolvam portugueses ou lusodescendentes recentemente deslocados.

De seguida, efetuou um balanço da CPLP, referindo que os últimos meses foram marcados pelo início da presidência de Cabo Verde e pelo início de funções de um novo executivo, dando nota de clara convergência dos esforços da presidência e do secretariado nos

pontos marcantes da agenda comum: a língua portuguesa, a mobilidade e o desenvolvimento sustentável. No quadro das relações bilaterais e no que se refere a Angola, lembrou que nos últimos 6 meses foram efetuadas 3 Visitas de Estado, com a assinatura de 36 instrumentos de cooperação em diversas áreas. Mais disse que Angola solicitou o apoio de Portugal na organização do processo eleitoral autárquico, previsto para 2020. Sobre o processo de regularização de dívidas do Estado Angolano, informou que 2/3 das dívidas reclamadas por empresas portuguesas foram já certificadas pelas autoridades angolanas e que dessas 2/3 estão a ser pagas. Deu nota de contactos com o novo Governo Brasileiro, relatando que a principal preocupação de Brasília é a crise na Venezuela. Lembrou que a próxima cimeira bilateral com Cabo Verde está agendada para 11 de abril e manifestou o seu agrado pela forma ordeira como decorreram as recentes eleições legislativas na Guiné Bissau. Referiu não existirem desenvolvimentos significativos quanto à eliminação da pena de morte na Guiné Equatorial, embora a moratória adotada nesta matéria continue a ser respeitada. Concluiu, alertando para a difícil situação orçamental de São Tomé e Príncipe, dando nota de que a Senhora Secretária de Estados dos Negócios Estrangeiros e Cooperação teve recentemente oportunidade de reunir com o novo executivo.

De seguida foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, que iniciou a sua alocução solicitando informações sobre o processo de reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), questionando se a alteração à composição do Conselho de Segurança é viável e se são esperados novos desenvolvimentos quanto à estrutura de financiamento daquela organização internacional. Prosseguiu, aludindo à recente visita do Presidente da República a Angola como um exemplo do bom momento que caracteriza as relações bilaterais entre ambos os países, frisando, contudo, que no passado foram firmados acordos de cooperação cuja execução ficou aquém das expectativas. Face ao que precede, questionou qual a perspetiva de execução temporal dos 36 acordos anteriormente referidos. Por fim e sobre esta matéria, questionou se é possível compatibilizar os projetos de mobilidade que tem vindo a ser desenvolvidos no âmbito da CPLP, com as regras inerentes ao espaço Schengen. Concluiu, dando nota do desacelerar da economia global, cujo impacto é extensível a países com quem Portugal tem uma relação comercial próxima, questionando de que forma pretende o Governo promover a diversificação de mercados junto do tecido empresarial português. Por fim, abordou o tema BREXIT, constatando que Portugal já está a sofrer as consequências da saída do Reino Unido da União Europeia e alertando para o prazo de marcação de atos

consulares naquele país, que presentemente ronda os três meses, registando o quadro consular um aumento de apenas 3 recursos face a 2014. Questionou se não é possível o Governo ir mais longe nesta matéria.

Em resposta o **Senhor Ministro**, lembrou que o processo de reforma das Nações Unidas está em curso, destacando a promoção da paridade e o combate aos abusos ocorridos em missões de paz como exemplos de mudança concretizada. No que toca à reforma do Conselho de Segurança, opinou que a atual formulação do Conselho não representa a multipolaridade do mundo, uma vez que nenhum país africano é membro permanente, nem estão representados países com elevado destaque regional como o Brasil e a Índia. Considerou prematuro ponderar se a União Europeia deve tomar lugar no Conselho, dada a presente instabilidade causada pelo BREXIT. Sobre Angola, concordou que é importante assegurar a concretização atempada dos programas de cooperação, referindo exemplos concretos onde tal foi possível, como o convênio em matéria tributária. Manifestou preocupação com os sinais de abrandamento da economia global, salientando que a economia portuguesa é compatível com a presente dinâmica de mercados, onde Espanha, país com particular peso na balança comercial portuguesa, mantém um sólido ritmo de crescimento. Não obstante, identificou sinais de preocupação que podem condicionar a evolução da economia global, nomeadamente, o BREXIT, a guerra comercial entre Estados Unidos da América e República Popular da China e as dificuldades que os Estados Unidos estão a criar à Organização Mundial de Comercio. Concluiu, informando não ter informação sobre prazos de atendimento excessivos em consulados portugueses no Reino Unido.

Finda a intervenção, tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar o Governo pela forma como tem acompanhado a comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela, solicitando uma opinião quanto aos recentes desenvolvimentos naquele país. Solicitou também um balanço da participação portuguesa no âmbito da consolidação e aprofundamento da relação de Portugal com a CPLP, em particular no que toca à criação de um espaço de cidadania, mobilidade e portabilidade de direitos, destacando o papel reforçado dos 19 países observadores da CPLP na promoção da língua portuguesa. Lembrou as 1600 iniciativas previstas no âmbito do Programa de Ação Cultural Externa (PACE), questionando quanto à sua execução. Por fim, constatou que a implementação do recenseamento automático irá, previsivelmente, aumentar o número de eleitores portugueses residentes em países estrangeiros, de 350.000 para 1.000.000, questionando quanto ao impacto desta medida para Portugal e para as

comunidades portuguesas. Concluiu, questionando se existem novas medidas previstas no âmbito da modernização dos serviços consulares.

De seguida tomou a palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para salientar o atual ciclo positivo nas relações entre Portugal e Angola, caracterizado por uma cadência acentuada de Visitas de Estado, novos acordos de cooperação e avanços no que toca à regularização de dívidas para com empresas portuguesas, questionando sobre o que se pode esperar em relação a Angola, no futuro próximo.

Em resposta, tomou a palavra o Senhor **Ministro** para concordar que, em relação a Angola, foram ultrapassadas todas as expectativas. Reconhecendo que a situação orçamental daquele país mantém-se delicada devido à dependência de petróleo, considerou que os angolanos reconhecem em Portugal um parceiro para todas as horas. Referiu que também o programa de trabalho do Presidente João Lourenço cria as condições necessárias para a elevação do relacionamento económico entre ambos os países. Prosseguiu, expandindo sobre os benefícios do PACE, programa que permite articular os planos de ação externa da AICEP e do Turismo de Portugal, de forma a construir uma imagem portuguesa no contexto internacional. Deu destaque à área das literaturas, referindo algumas das feiras onde o Instituto Camões tem marcado presença. De seguida abordou o tema CPLP, lembrando que em 2017, Portugal e Cabo Verde apresentaram uma proposta concreta para a mobilidade dentro do espaço lusófono, proposta essa que foi recentemente referenciada durante um discurso do Presidente João Lourenço, o que veio conferir um novo dinamismo à iniciativa, ficando claro o apoio de Angola. Referiu que uma das mais-valias deste projeto é a capacidade de distinguir as regras do espaço Schengen da política nacional de vistos e autorização de residências, comparando-a à iniciativa “Vistos Gold”, onde o requisito não é a transferência de capital, mas sim a nacionalidade lusófona. Concluiu, frisando que o aumento no número de eleitores portugueses residentes no estrangeiro tenderá a aumentar não só devido ao recenseamento automático, mas também devido às alterações na Lei da Nacionalidade.

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para manifestar o seu agrado pelo recente reforço do quadro dos serviços consulares do Reino Unido, proposta antiga do Bloco de Esquerda, que tinha sido rejeitada. Saliu a importância desta decisão na salvaguarda dos interesses dos Portugueses naquele país, reiterando que o Governo deve garantir todo o apoio necessário, em particular caso se

concretize uma saída sem acordo. No que toca à crise na Venezuela, referiu a incapacidade de Nicolás Maduro em controlar grupos armados que tem vindo a surgir nos centros urbanos, acompanhou os comunicados das Nações Unidas e Cruz Vermelha no distanciamento de uma suposta ajuda humanitária promovida por Juan Guaidó, e deu nota da ambiguidade que persiste quanto à responsabilidade pelas dificuldades existentes no que toca à manutenção da rede elétrica. Sumarizou, frisando que todos estes elementos traduzem-se no aumento da insegurança da comunidade portuguesa residente naquele país, questionando se existe um interveniente político credível, capaz salvaguardar os direitos daquela comunidade. Solicitou um ponto de situação quanto ao processamento de vistos de cidadãos lusodescendentes e venezuelanos que pretendem viajar até Portugal e concluiu, pedido esclarecimentos sobre a candidatura comum de Portugal e Espanha à UNESCO sobre os 500 anos da circunavegação de Fernão de Magalhães.

Em resposta, o Senhor **Ministro** referiu, no que toca ao BREXIT, que o Governo Português é favorável à aprovação do acordo, não sendo possível efetuar previsões quanto ao resultado das negociações em curso entre o Governo de Theresa May e o Parlamento Britânico. Em todos os cenários, reiterou, os direitos dos cidadãos portugueses residentes naquele país estão garantidos, aludindo ao disposto na [Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.ª](#), informando ter garantias da parte Britânica que existirá reciprocidade na matéria. Mais disse que mesmo no caso de não existir acordo, os portugueses residentes no Reino Unido terão até ao final de 2020 para regularizar a sua situação, logo, o esforço logístico do Ministério é planeado em função destes prazos. Identificou sinais positivos na dimensão externa da crise na Venezuela, lembrando que, inicialmente, o Grupo de Contacto Internacional não foi bem recebido pelo Grupo de Lima, estando essa situação completamente ultrapassada. No mesmo sentido, o próprio Grupo de Lima, que no espoletar da crise, indiciou o seu apoio a uma intervenção externa mais musculada, moderou essas tendências com o passar do tempo. Referiu que algumas das dúvidas levantadas quanto à ação humanitária levada a cabo a 23 de fevereiro do presente ano não tinham sustentação na realidade, e que receios de se tratar de um mero pretexto para a invasão militar do território Venezuelano eram manifestamente infundados. Pelo contrário, referiu, este acontecimento veio demonstrar a absoluta insensibilidade do regime de Nicolás Maduro, frisando que o resultado da ação do exército Venezuelano foi impedir que milhares de Venezuelanos tivessem acesso a bens de primeira de necessidade. No que toca à candidatura conjunta de Portugal e Espanha à UNESCO, relativa à viagem de circunavegação de Fernão Magalhães, esclareceu que, perante as autoridades

Espanholas, a posição portuguesa é que cada país terá o seu programa nacional de comemorações, e no caso da UNESCO, a candidatura conjunta apenas acresce a este propósito.

De seguida tomou a palavra o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP)** para, no que toca à relação de Portugal com Angola, questionar que impacto o alargamento da linha de crédito tem tido na recuperação do investimento de empresários portugueses naquele país e enfatizar a necessidade de ir além da celebração de acordos, apostando na sua concretização. Sobre a Venezuela, concordou com a necessidade da implementação de uma solução pacífica, política, sem intervenções externas, reiterando que a negação do processo de ajuda humanitária teve consequências devastadoras na população. Deu nota de que também o CDS-PP recebeu queixas relativas à celeridade do processamento de atos consulares no Reino Unido, instando o Senhor Ministro a clarificar se existem dificuldades nesta matéria. Por fim, solicitou um ponto de situação sobre a relação bilateral entre ambos os países.

Em resposta, o Senhor **Ministro** referiu que a linha de crédito a Angola aumentou para 1500 milhões de euros, sendo reposta à medida que os reembolsos são efetuados. Mais disse que compete ao Governo de Angola seleccionar quais os projetos que beneficiam deste apoio, estando o Estado Português a aguardar comunicação das autoridades angolanas nesse sentido. Sobre a Venezuela, constatou que vários países estão a reduzir a sua representação diplomática naquele país, em parte devido às dificuldades sentidas no terreno, contudo, esclareceu que Portugal tem optado pela manutenção dos recursos atuais, dado o interesse nacional. Sobre eventuais dificuldades na representação Portuguesa no Reino Unido, instou os Senhores Deputados a encaminharem toda a informação que considerem relevante sobre a matéria. Quanto ao Brasil, deu nota de um contacto telefónico com a contraparte Brasileira, Ministro Ernesto Araújo, onde o principal tema em discussão foi a situação na Venezuela. Mais disse que está prevista a deslocação do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização ao Brasil, em abril próximo.

Finda a intervenção, foi dado início à 2.^a ronda, tendo tomado a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para questionar que evolução prevê o Governo para o futuro imediato da crise na Venezuela. Relembrou que Portugal reconheceu o Juan Guaidó como Presidente interino daquele país, que, por sua vez, designou um novo representante diplomático para Portugal, questionando qual o estatuto oficial deste representante, se é

embaixador, se é representante da Assembleia Nacional. Frisou a importância de esclarecer esta matéria, por forma evitar qualquer suspeita de que existe um compasso de espera da parte portuguesa, aguardando por novos desenvolvimentos para assumir uma posição definitiva. Prosseguiu, recuperando o tema da TAP, esclarecendo que o PSD considera imperativo garantir a manutenção da ligação aérea entre Lisboa e Caracas, tanto mais que o próprio Governo tomou a decisão em manter-se como acionista naquela companhia, existindo uma responsabilidade acrescida em assegurar a continuidade da ligação aérea. Concluiu, informando que 3 navios da companhia petrolífera venezuelana estão no porto de Lisboa há mais de um ano, com as inevitáveis consequências para as tripulações desses navios, realçando que já foram enviados dados sobre esta matéria ao Governo.

De seguida, tomou a palavra a Senhora **Deputada Odete João (PS)**, para destacar o trabalho que o Governo tem vindo a desenvolver na promoção do ensino superior junto da diáspora, em particular no que toca à mobilidade estudantil, questionando se está previsto o alargamento das 3500 vagas já reservadas para o efeito. Quanto à modernização de embaixadas e consulados, solicitou um ponto de situação sobre o processo de adoção de novos equipamentos tecnológicos e reforço do pessoal. Questionou se existem acordos celebrados com os sindicatos em relação à colocação de professores de português no estrangeiro e congratulou o Governo pela criação do centro internacional em Leiria, que visa apoiar os emigrantes, em especial no que toca às aposentações.

Finda a intervenção, tomou a palavra o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para lembrar que no último orçamento de Estado foi aprovada a realização de um levantamento dos recursos e equipamento da rede consular, questionando qual a previsão do Governo para a conclusão desse estudo. Deu nota de várias queixas que os trabalhadores dos serviços consulares fizeram chegar ao BE, primariamente sobre questões salariais, existindo casos onde o valor auferido pelos trabalhadores periféricos é inferior ao salário mínimo estabelecido nos países onde exercem funções, como a Noruega. Sobre a mesma matéria, referiu ter notícia de casos onde a recente atualização do salário mínimo nacional não está a ser espelhada na remuneração de todos os trabalhadores periféricos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a valorização dos professores de ensino português no estrangeiro (EPE) no ingresso de concursos em território nacional, recordando que a portaria que

regula esta matéria atribui a estes profissionais a terceira prioridade, à revelia da resolução da Assembleia da República que instou o Governo a conferir a primeira prioridade.

Em resposta o Senhor **Ministro** deu nota que o representante diplomático designado por Juan Guaidó aguarda o procedimento regular, previsto para o caso, que irá respeitar a regra da equivalência. Recordou que a acreditação de embaixadores plenipotenciários é uma competência do Senhor Presidente da República, sobre proposta do Governo. Quanto à TAP, esclareceu que o voo em questão foi cancelado não por razões de segurança, mas por impossibilidade física de realização do voo, dada a ausência de condições mínimas no aeroporto de Caracas.

De seguida usou da palavra o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas** para informar que a afetação de recursos na representação consular no Reino Unido tem por base o número de atos consulares previstos para os próximos anos. Sobre a iniciativa referida pela Senhora Deputada Odete João (PS), deu nota de que já está em curso uma campanha de divulgação em diversos países. Quanto à modernização em embaixadas e consulados, afirmou que está prevista a inauguração de um espaço do cidadão em Bruxelas, cumprindo um compromisso político assumido no início da legislatura. Mais disse que o investimento na modernização da infraestrutura tecnológica dos consulados está em linha com o previsto, esclarecendo que entre finais de 2015 e início de 2019 foram alocados perto de 3 milhões de euros para esta matéria. Concluiu, informando que para além da criação do centro internacional de apoio aos emigrantes que alcançam a idade de aposentação em Leiria, foram criadas 20 novas unidades de atendimento nos serviços centrais de segurança social, tendo sido efetuadas diligências junto das autoridades luxemburguesas com vista a tornar mais célere a componente processual associada ao tema. No que toca à valorização dos professores do EPE em concursos públicos, sublinhou que o Governo cumpriu com o compromisso de alterar a legislação, de modo a garantir a contagem do tempo em funções públicas para efeitos de colocação através do concurso nacional de professores, conferindo a segunda prioridade a estes docentes. Esclareceu que os professores pretendiam que essa alteração legislativa tivesse efeito já no presente ano, mas por razões técnicas tal não foi possível.

Finda a intervenção, iniciou-se a 3.^a ronda, tendo usado da palavra os (as) seguintes Deputados (as):

Berta Cabral (PSD), para, no que toca à declaração conjunta da 40.^a Comissão Bilateral, congratular o Senhor Ministro pelo acordo firmado em matéria de legislação laboral, em especial o disposto no 11.º ponto da declaração, frisando a importância de ter sido possível obter um compromisso nesta matéria. Prosseguiu, relevando a importância do plano de desenvolvimento de infraestruturas da base das Lajes, solicitando maior detalhe sobre o tema, nomeadamente, quais os objetivos e se este plano contempla alterações aos limites da base.

Isabel Santos (PS), para abordar a problemática das campanhas de desinformação, motivo de preocupação crescente dada a aproximação de atos eleitorais. Referiu que entre 2019 e 2020 terão lugar cerca de 50 atos eleitorais em países da União, incluindo as próximas eleições europeias. Informou que o Conselho Europeu aprovou um plano de ação para a prevenção de campanhas de desinformação. Neste contexto, solicitou um ponto de situação quanto à sua implementação em Portugal, bem como que perspectivas existem para a participação portuguesa na matéria.

Deputado Carlos Gonçalves (PSD), para retomar a questão do BREXIT, nomeadamente o atendimento e a necessidade de apoio administrativo à comunidade portuguesa naquele país, que ronda os 400.000 mil portugueses e lusodescendentes. Constatou que o Reino Unido recusou implementar um processo de registo automático, optando por um modelo baseado na autorização de residência, o que obriga a que portugueses e lusodescendentes recorram aos consulados para obter a documentação necessária. Deu nota de ter pessoalmente testado o agendamento online no consulado de Manchester, tendo sido informado de que não existiam vagas disponíveis. Relembrou o Senhor Ministro do problema ocorrido no consulado de Londres, relacionado com práticas fraudulentas nos agendamentos. Uma vez que não identificou alterações de relevo, questionou sobre o que foi feito para solucionar esta questão. Referiu que o Governo apresentou um plano de contingência para o BREXIT, cuja discussão irá ocorrer na Assembleia da República, e que embora o plano pressuponha reciprocidade da parte Britânica no seu artigo 17.º, em ponto algum aborda a comunidade portuguesa residente no Reino Unido. Concluiu, aludindo à criação do espaço de atendimento ao cidadão em Bruxelas, referindo que a mesma iniciativa em Paris não produziu grande resultado, questionando a utilidade prática destes projetos.

Lara Martinho (PS), para solicitar informações quanto ao volume de investimento em Portugal das comunidades lusodescendentes nos Estados Unidos e Canadá. Relembrou que o Senhor Secretário de Estado tinha sinalizado a intenção de reforçar os meios consulares naqueles países, solicitando um ponto de situação quanto a esta matéria. Questionou se está previsto o reforço dos poderes alocados ao cargo de cônsul honorário, em particular dada a dispersão territorial das comunidades portuguesas no Canadá e EUA. Por fim, aludiu a casos de cidadãos portugueses deportados, solicitando informações quanto ao acompanhamento consular prestado.

Deputado Carlos Páscoa (PSD), para recuperar o tema do atendimento consular, frisando que os valores avançados pelo Governo não são compatíveis com a realidade, dando como exemplo o aumento dos números de atos efetuados em Lisboa. Informou que, em alguns locais do Brasil, o tempo de espera para um agendamento ronda os 3 / 4 meses. Mais disse que parte destes processos, quando chegam a Lisboa, tem que regressar à origem por não se encontrarem adequadamente preparados. Tendo em vista solucionar este tema, instou o Governo a colocar um conservador no Brasil, com a responsabilidade de validar preventivamente os processos, antes de serem encaminhados para Portugal.

Paulo Pisco (PS), para questionar, face o volume financeiro disponível, se os projetos em que Portugal participa no âmbito da cooperação delegada correspondem às prioridades estabelecidas por Lisboa neste domínio, em particular na seleção de áreas de intervenção e países com os quais já existe uma relação de cooperação estabelecida. Referiu que as empresas portuguesas têm procurado maior exposição junto dos mercados internacionais, dando como exemplo a participação de 90 empresas portuguesas na exposição GLOBAL INDUSTRIE, em Lyon, algo de inédito, que denota bom progresso na internacionalização da economia. Neste sentido, questionou quais as perspetivas para o ano corrente, dado que em 2018, o volume de investimento direto estrangeiro ultrapassou os 1000 milhões de euros.

António Ventura (PSD), para dar nota de informações que indicam que a Força Aérea dos Estados Unidos da América está a planear reorganizar a Base das Lajes, reduzindo número de esquadrões ali alocados de 6 para 3, o que poderá gerar consequências para os trabalhadores que ali laboram, questionando o Senhor Ministro sobre esta situação. Mais disse que a Lei portuguesa não está a ser respeitada, não só no que se refere à medicina do trabalho e licenças parentais, mas também no que toca ao estatuto de

trabalhador estudante, frisando que os trabalhadores descontam para a segurança social, mas não tem os seus direitos assegurados.

Em resposta, tomou a palavra o Senhor **Secretário de Estado da Internacionalização**, para concordar que existe uma alteração de perfil do tecido empresarial português, informando que o número de empresas de base exportadora, que operam apenas em um mercado tem vindo a ser reduzido, fruto dos incentivos à diversificação. Informou que em 2018, o volume de investimento captado na diáspora atingiu valores substanciais e que tal deve-se em parte ao contributo de lusodescendentes. De seguida tomou a palavra o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, para garantir que todas as permanências consulares julgadas necessárias ao atendimento às comunidades portuguesas no Reino Unido serão asseguradas. Informou que desde 2016, foram criados 5 novos consulados honorários e alargados as competências a 17 consulados honorários já existentes. No caso específico dos Estados Unidos da América e no que toca ao reforço de meios humanos, indicou que todos os concursos de ingresso de funcionários foram realizados e concluídos. Reconheceu que existe um problema com portugueses e lusodescendentes indocumentados. No caso específico do Canadá, deu nota de contactos efetuados a nível bilateral sobre a matéria, tendo sido sinalizada a intenção da parte daquele país em efetuar alterações à legislação que regula o tema, com vista a minorar a importância dos requisitos linguísticos, em detrimento dos conhecimentos técnicos. Confirmou o aumento nos pedidos de obtenção de nacionalidade portuguesa por parte de lusodescendentes, e embora a matéria seja da competência do Ministério da Justiça, existe disponibilidade para movimentar recursos que permitam responder adequadamente à procura, nomeadamente no Brasil e Argentina. A final, tomou a palavra o Senhor **Ministro**, para dar nota de 3 linhas de abordagem no combate à desinformação. Uma primeira baseada na partilha de informação entre os diferentes países, com vista à identificação e despistagem destas campanhas. Uma segunda, especificamente direcionada à proteção dos atos eleitorais já agendados, cuja competência é do Ministério da Administração Interna, e uma terceira, promovida pelo o Ministério da Cultura, que visa sensibilizar os órgãos e plataformas de distribuição de informação para as temáticas em apreço. No que se refere à cooperação europeia cuja gestão é delegada em autoridades nacionais, deu nota da crescente relevância do Instituto Camões na matéria, elencando diferentes projetos a decorrer junto dos países da CPLP, considerando que existe uma plena convergência entre as prioridades definidas pela cooperação portuguesa e os projetos de cooperação europeia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a registar, a reunião foi declarada encerrada pelas dezasseis horas, sendo disponibilizado o registo em vídeo, consultável [aqui](#).

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Jamila Madeira
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Lara Martinho
Marcos Perestrello
Nuno Magalhães
Odete João
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
Berta Cabral
Carla Cruz
Carla Sousa
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuel Rola
Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 30 de abril de 2019.